

FAEPFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

www.faep.com.br



www.senarpr.org.br

Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

Boletim Informativo

Tiragem desta edição: 22.000 exemplares

Nº 1009 - ANO XXIII

Curitiba, semana de 16 a 22 de junho de 2008

Produtores rurais contra invasões de terras



Encontro no dia 5 na Câmara Municipal de Pinhão reuniu 300 produtores rurais do município, de Foz do Jordão, Cândói, Reserva do Iguaçu e Guaruava onde receberam orientações de profissionais da FAEP sobre assuntos fundiários.

*Leia mais na página 12***Leia nesta edição:****Produção mundial de soja deve chegar a 240 milhões de toneladas***Pág. 10*

Campo Mourão reúne mais de 1,2 mil jovens

Se o jovem é considerado um dos principais agentes de transformação no meio rural, o evento realizado no dia 7 de junho, em Campo Mourão, foi prova do potencial de mobilização dessa nova geração. Jovens de 35 municípios da região se reuniram no Centro de Eventos Celebra para

uma programação que incluiu palestras sobre a responsabilidade deles como os futuros dirigentes do País e, em particular, como os futuros empreendedores do agronegócio brasileiro. Na foto, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, fala aos jovens.

Leia matéria a partir da página 2

Safra do PR será de 32 milhões de t

Pág. 9

Encontro reuniu mais de 1,2 mil jovens do meio rural em Campo Mourão

Dos presentes, cerca de 80% participam ou já participaram de turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) oferecido pelo SENAR-PR

Se o jovem é considerado um dos principais agentes de transformação no meio rural, o evento realizado no dia 7 de junho, em Campo Mourão, foi prova do potencial de mobilização dessa nova geração. Mais de 1.200 jovens de 35 municípios da região se reuniram no Centro de Eventos Celebra para uma programação que



FAEP e SENAR-PR, cada um dos municípios participantes foi representado por sua bandeira, levada ao palco por um jovem, onde juntas, compuseram o cenário do evento.

Participaram do Encontro Regional de Jovens Rurais o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de

Anfitrião do encontro, Nelson Teodoro de Oliveira, presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão

Continua ➡➡

incluiu palestras com a senadora Kátia Abreu, do Tocantins, e com o assessor da diretoria da FAEP, Antonio Leonel Poloni.

Dos presentes, cerca de 80% participam ou já participaram de turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) oferecido pelo SENAR-PR em parceria com os sindicatos rurais conveniados. Na abertura do evento, realizado pelo Sindicato Rural de Campo Mourão, com o apoio da

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette: "esse evento é prova do interesse que o Sistema FAEP tem pelo futuro do Paraná."





Goiás, José Mario Schreiner; o prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck; o deputado estadual Douglas Fabrício; e o presidente da Coamo, José Aroldo Galassini, entre outras autoridades.

O anfitrião, Nelson Teodoro de Oliveira, presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, abriu a programação com uma mensagem, chamando a atenção dos jovens para a responsabilidade deles como os futuros dirigentes do País e, em particular, como os futuros dirigentes do agronegócio brasileiro. "A sua responsabilidade, jovem, é muito grande, porque de você depende a alimentação e bem-estar de muita gente". Outra pre-

ocupação manifestada pelo dirigente sindical foi em relação à participação dos jovens no cenário político. "O SENAR-PR profissionaliza, mas queremos também que o jovem se interesse e participe dos processos políticos do País", acrescentou.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, reafirmou a importância que tem para o setor agropecuário a escolha de candidatos que estejam comprometidos com o setor rural. "Cada um tem que participar da política da sua comunidade. Muitas vezes uma lei municipal ou estadual pode interferir no dia-a-dia dos agricultores. Notamos que os governantes acabam tomando as

Os 35 municípios participantes foram representados por suas bandeiras

decisões sem conhecer os problemas técnicos", ponderou. Para Meneguette, é pela força política que o setor vai conseguir sensibilizar as autoridades. "Devemos começar já, nesse ano, com a participação nas eleições municipais que irão interferir nas eleições de 2010, quando serão escolhidos os governadores e o presidente do Brasil".

Sobre a iniciativa de encabeçar um programa dirigido aos jovens do meio rural, Meneguette explicou que o JAA foi implantado pelo Sistema FAEP devido à necessidade de se criar no Paraná um projeto que qualificasse esse público para o mercado de trabalho. "Já são mais de sete mil jovens qualificados pelo Programa. Para esse ano já estamos com a programação de 220 turmas. Queremos dar condições de melhorar o conhecimento dos filhos dos produtores que pretendem continuar trabalhando no meio rural". Sobre o evento, Meneguette destacou o objetivo de provocar a participação política dos jovens. "Reuniões como essa são importantes para elevar o nível de consciência de nossos jovens e prepará-los para assumirem a liderança de suas comunidades, de seu estado e do país, no futuro", observou.

Perspectivas para os jovens rurais

Senadora Katia Abreu

As duas palestras ministradas durante o Encontro tiveram um ponto em comum. Sob aspectos diferentes, as duas abordaram as perspectivas para os jovens no meio rural. O assessor da diretoria da Faep, Antonio Leonel Poloni, ressaltou a importância da formação e da informação na emancipação e na transformação do indivíduo. "É melhor errar fazendo e aprender o que não se deve fazer", sugeriu o palestrante durante a conversa com os jovens.

Poloni também advertiu os jovens para as oportunidades que o mercado globalizado apresenta ao Brasil e os desafios futuros em termos de produtividade, logística, certificação e valor agregado dos



produtos que podem ser trabalhados em prol do produto nacional.

A senadora Kátia Abreu des-

tacou questões relacionadas ao custo de produção, oferta e demanda

Continua → →



de alimentos, à carga tributária e à logística de transporte. Em uma avaliação das perspectivas do agronegócio, ela encorajou os jovens. “Se vocês perguntarem, será que eu tenho chance de ganhar dinheiro com o agronegócio? Eu digo que sim”. Com base em dados estatísticos, a senadora mostrou que até o ano de 2025 o mundo terá dois bilhões a mais de habitantes que hoje, que vão precisar se alimentar. “Os dois países mais populosos do mundo não têm mais um pedaço de chão para

produzir. Nós, no Brasil, temos muito a crescer em produção. Serão necessários pelo menos 2 bilhões de toneladas de grãos a mais para alimentar essa população”, observou.

Depois de expor aos jovens a oportunidade que o agronegócio representa, a senadora tratou de alguns gargalos que interferem na competitividade dos produtos brasileiros e que devem ser enfrentados e combatidos pelos jovens desde já, entre os quais, a alta incidência de impostos sobre a produção no Brasil,

onde a metade do preço de um aparelho de telefone celular é paga em impostos. “De tudo que se produz no Brasil, 36% vão para os cofres oficiais. O leão está muito feroz, tirando mais dinheiro do que precisa do bolso do brasileiro”, alertou.

Outra dificuldade tratada durante a palestra foi em termos de logística. A senadora criticou a falta de planejamento e de visão estratégica da administração federal. “Como produzir alimento barato se não temos transporte eficiente? Da porteira para dentro está tudo ótimo. Da porteira para fora começa o nosso desespero”, completou.

Na avaliação de Katia Abreu, a geração jovem está preparada para administrar a atividade rural uma atividade empresarial, fazendo contas e tendo controle de tudo. O que ela resalta, além disso, é a importância da politização desses jovens. “Tem que entender que a sua vida passa pela política partidária e pelas leis, você queira ou não. Por isso, é preciso estar atento ao seu candidato. O parlamentar precisa ser cobrado”, concluiu.

JAA quer qualificar jovem para atividade rural

Novo formato do JAA foi apresentado e explicado aos jovens

Durante o Encontro Regional de Jovens Rurais foi apresentado o novo formato do JAA. O supervisor regional do SENAR-PR, Henrique Salles Gonçalves, aproveitou a oportunidade para explicar aos mais de 1.200 jovens presentes a nova divisão do programa e em que isso pode beneficiá-los.

O curso, que antes seguia uma combinação de módulos predeterminada pelas turmas, agora permite que cada participante escolha as atividades em que pretende se qualificar. Assim, o JAA tem um módulo de gestão do agronegócio, comum para todas as turmas, com 144 horas de duração, que trata de desenvolvimento humano e administração agrossilvipastoril.

Na seqüência, o participante pode optar pelo módulo específico de seu interesse, disponível em seis atividades, de acordo com a demanda apresentada durante os anos de



funcionamento do Programa: pecuária de leite, mecanização, fruticultura, olericultura, agricultura orgânica e cana-de-açúcar.

A carga horária varia de 42 a 80 horas e as aulas acontecem duas vezes por semana. Os novos módulos específicos estarão em campo a partir do mês de setembro, disponíveis tanto para os participantes que concluírem o módulo de gestão do agronegócio no primeiro semestre deste ano, quanto para os conluíntes de anos anteriores que estiverem

interessados em participar de um dos módulos.

De acordo com Regiane Hornung, pedagoga do Departamento de Aprendizagem Rural do SENAR-PR responsável pelo Programa, os interessados devem procurar o sindicato de seu município, apresen-

tando certificado de conclusão do JAA. “Em princípio serão disponibilizadas dez turmas por regional. Os módulos serão definidos pela procura que apresentarem”, explicou. Para a pedagoga, o grande diferencial do novo formato é que o jovem pode se qualificar para determinada atividade. “O que se pretende com o esse formato é oferecer mais conhecimentos sobre determinada atividade, qualificando-os para uma profissão”.

Continua ➡➡

Personagens de uma mesma história

A passagem de mais de sete mil jovens pelo JAA já rendeu muitas histórias. Boas histórias protagonizadas por instrutores e participantes durante as aulas, visitas técnicas, gincanas e demais atividades promovidas pelo Programa. É



Naiara Caroline Cabrera

isso que impulsiona o Programa e garante sucesso com o seu público.

Para o instrutor Elson Buaski, que presta serviços para o SENAR-PR e que já deu aulas para mais de 16 turmas do JAA, o jovem é a única alternativa para se promover mudança no campo. “Quando se fala com os jovens, a resposta é rápida. O crescimento do Programa é extraordinário e retorno, espetacular”, disse. Para Buaski, um dos grandes méritos do curso é tirar os jovens da inércia. “Eu uso o meu exemplo de jovem do meio rural que teve poucas oportunidades. Não existia JAA naquela época e era meu pai que me incentivava a estudar. Costumo dizer: se eu consegui, por que vocês não vão conseguir?”. O instrutor contou que, entre suas turmas, sabe de pelo menos 12 veteranos do JAA que estão cursando Agronomia. “Nós mantemos contato por e-mail. Um dia recebi uma mensagem: fiz vestibular. Depois de algum tempo: professor, passei. É emocionante”.

Os jovens Vanessa Vieira de Jesus, de Roncador, e Aleson Thiago Bonotto, de Nova Cantu já passaram pelo JAA e hoje estão na faculdade. Vanessa cursa Turismo e Thiago, Agronomia. Para Thiago, o Programa representou uma oportunidade de adquirir novas conhecimentos em uma área pela qual ele já tinha interesse. Para Vanessa, foi o ponto de partida para planejar o fu-

turo. “Passei a me envolver no que acontecia na propriedade e o meu interesse, que era fazer Direito, se voltou para o Turismo. Minha idéia é trabalhar com turismo rural”, contou. Nos dois casos, segundo relato dos jovens, o JAA foi determinante para a aproximação entre pais e filhos. “Eu cresci no JAA”, reconheceu Vanessa.

Talvez seja esta definição dos papéis na família, de que fala o instrutor Claudinei Ribeiro da Silva, prestador de serviços do SENAR-PR, quando se refere ao Programa. “O JAA coincide com uma fase de dúvidas e revoltas, quando o jovem está se descobrindo e tem cumprido bem a função de orientar. Tenho muito orgulho de fazer parte disso”, afirmou.

“A gente está conseguindo transmitir o recado. Eles entram com uma mentalidade e saem com outra”, comentou a instrutora Greice Alves, que presta serviços ao SENAR-PR. Para



João Paulo Ribeiro

ela, o Programa valoriza a profissão do agricultor, razão pela qual muitos jovens procuram qualificação na área e buscam colocar em prática na propriedade o que aprendem nas aulas. “Os pais, muitas vezes, mudam maneiras ultrapassadas de administrar a propriedade a partir do que ouvem dos filhos”, observou.

A jovem Naiara Caroline Cabrera, de Campina da Lagoa, ensinou muitas coisas aos pais. “Nós desperdiçávamos muito. Ensinei, por exemplo, a fazer o controle do carrapato e a maneira correta de usar a ordenhadeira”. Alessandra Cleópatra Simões, de Anahy, vem de uma família de agricul-

tores e disse que o JAA só aumentou seu interesse pela área. “Quero fazer agronomia. Vou entrar no projeto Cooperjovem, através da cooperativa que atende a minha região”. Para o jovem João Paulo Ribeiro, de Farol, o Programa influenciou muito sua formação. “Mudou meu ponto de vista em relação à agricultura. Agora sei que não é só plantar e colher. Envolve muito mais”.

Para a instrutora Vanessa Lermen o Programa provoca uma mudança de atitude em relação à agricultura e à vida. “O grande lance do JAA é que os jovens amadurecem muito em 4 meses”. A instrutora também destaca a melhoria no relacionamento entre pais e filhos como um dos trunfos do JAA. “Os jovens começam a levar os pais para dentro do curso, das visitas técnicas. Os pais começam a perceber que os filhos não são mais crianças e estes passam a tratar os pais com mais seriedade”, definiu.

Rosely Petersen Garcia de Godoy, diretora do Centro de Apoio Tainá, em Guarani, distrito de Mamboré, é testemunha dessa mudança de atitude. Contou que no início do curso o grupo que tem aulas no Centro era apático e sem compromisso com nada. “Não tinham responsabilidade nem para colocar o prato que usavam (durante refeição) no lugar”, disse. Segundo ela, o tempo e o curso mudaram isso. Hoje é um grupo único e com iniciativa própria. “Recentemente, pediram a cozinha do centro emprestada para fazerem bombons e vender. Isso nos enche de orgulho. Estamos vendo perspectiva de melhora”, comemorou. ■



Alessandra Cleópatra Simões

Lições que os jovens dão na promoção da igualdade social

Turmas do JAA de Porecatu e Centenário do Sul

Nos dias 29 e 30 de maio, participantes do JAA de Porecatu e Centenário do Sul conseguiram o inusitado: promover a igualdade. Duas turmas com perfis distintos. Uma composta por filhos de produtores rurais, que moram na cidade. Outra, formada por filhos de trabalhadores rurais. As possibilidades e limitações dos grupos foram colocadas de lado e, voltados para os pontos em comum entre os grupos, os jovens construíram juntos um ambiente amistoso de troca de informações e experiências.

“Trocaram as igualdades e expectativas do meio em que vivem. Quem ganhou? Todos. A turma da cidade redescobriu a possibilidade de se divertir com simplicidade, que pessoas são iguais, querem as mesmas coisas e quem pode mais tem mais obrigações. A turma da fazenda observou que as diferenças não são tantas assim e teve



sua auto estima elevada. Carinho, gentileza e sorriso podem ser dados por todos, sem custos, e estes bastam para que as pessoas se sintam especiais”, relatou o instrutor Luciano Soares Ferreira, que presta serviços ao SENAR-PR.

“Este ano nossa turma de JAA

está bem focada. As aulas são realizadas na Escola Municipal Rural Helio Pedro Vanzella e a comunidade da escola dá um apoio muito grande para realização do curso”, observou a presidente do Sindicato Rural de Porecatu, Ana Thereza da Costa Ribeiro. ■

Jovens aprendem sobre importância da pesquisa



No dia 29 de maio, os participantes do Programa Jovem Agricultor Aprendiz de Wenceslau Braz visitaram a sede da Embrapa Soja, em Londrina, onde conheceram o histórico da empresa e a importância da pesquisa para o desenvolvimento da agricultura. Na palestra, o pesquisador Amélio Dall’Agnol,

abordou as linhas de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produção de soja. Os jovens também conheceram como é realizado o controle biológico de lagartas e percevejos que atacam a cultura da soja.

“A palestra mudou meu conceito sobre os transgênicos. Mostrou

que não há nada de anormal e que traz grandes benefícios”, disse o jovem Bruno Janiak. A participante Danielle de Cássia dos Santos destaca a importância do controle biológico de lagartas com baculovírus. “Percebi que não precisa gastar muito para fazer o controle de lagartas em lavouras de soja”.

A instrutora Carla Cristina Jaremtchuk, que presta serviços ao SENAR-PR, relatou a visita como uma grande oportunidade

para que os jovens reconheçam a importância da pesquisa para viabilizar soluções que contribuam para o desenvolvimento do agronegócio. O JAA de Wenceslau Braz conta com a parceria do Sindicato Rural e apoio do Rotary Club, Colégio Estadual Sebastião Paraná e Prefeitura Municipal. ■

Alunos do JAA de Sabáudia visitam Iapar, em Londrina

Sob orientação da instrutora Tania Almeida, que presta serviços ao SENAR-PR, participantes do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) de Sabáudia (duas turmas) realizaram uma visita técnica ao Instituto Agrônomo (Iapar) em Londrina, no dia 26 de maio. Na ocasião tiveram a oportunidade de conhecer a instituição, as pesquisas realizadas e o histórico do Café no Paraná. ■



Manejo e conservação do solo



A turma do JAA de Carambeí visitou o Campo Experimental da Fundação ABC, em Castro, no dia 2 de junho. O objetivo da visita foi verificar, na prática, os processos de manejo e conservação do solo e as tecnologias estudadas pelas Cooperativas Arapotí, Batavo e Castrolanda. Os jovens também aprenderam a identificar as diversas formas de plantio e a importância das culturas locais e do controle de erosão.

Durante a visita a turma teve a oportunidade de conhecer e ma-

nusear um GPS (Sistema de Posicionamento Global), identificando pontos de localização e fazendo marcação de área. "A visita foi extremamente importante, pois para a maioria dos jovens esta foi a primeira vez que viram ou tiveram contato com aparelhos como GPS. Eles puderam observar e sentir o avanço tecnológico da agricultura, bem como a necessidade cada vez maior de mão de obra qualificada", disse a instrutora Cléri Josane de Meo, que presta serviços ao SENAR-PR.

Dia Mundial do Meio Ambiente



Os participantes do JAA de Cafelândia comemoraram o Dia Mundial do Meio Ambiente com o plantio de mudas para a recuperação da vegetação ciliar no entorno de uma mina. A ação foi acompanhada pela instrutora Vanessa Ficcagna, que presta serviços ao SENAR-PR, e pelo técnico da Emater, Altair Jede.

Após o trabalho de proteção da mina os jovens deram seqüência ao plantio de mais de 800 mudas nativas em um raio de 50 metros da fonte, que fornece água para famílias da região, aviários e outras atividades agropecuárias desenvolvidas por moradores locais. ■

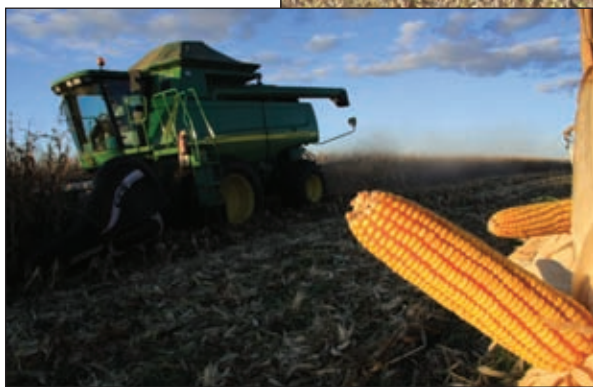
Safra já está com 90% da colheita concluída, segundo dados da Conab

Cerca de 90% da safra já foi colhida.

A soja está com 99% das 59,9 milhões de t concluídos.

O milho já chega a 65% das 58,4 milhões de t

A soja e o milho seguem como as culturas de maior destaque da safra histórica que será colhida no Brasil este ano. Juntas, elas já representam 82,6% da produção total de grãos que, segundo o nono levantamento da Conab, será de 143,3 milhões de toneladas. O resultado é 8,7% maior que o



95% colhido, estando finalizado no Rio Grande do Sul, responsável por 60,2% do cultivo nacional, que será de 12,2 milhões de t. Já a produção do feijão total deve atingir 3,5 milhões de t. A 2ª safra deste grão está em fase de colheita e a 3ª terminando o plantio.

do ciclo 2006/07, de 131,8 milhões de t. Os números foram divulgados no dia 9, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Segundo a Conab, os preços remuneradores dessas commodities no mercado, seguidos das boas condições climáticas nos últimos meses em todo o país e da melhor tecnologia aplicada no campo, são os principais fatores da elevação da produção. O crescimento de 1,9% da área total de plantio de todos os grãos é outro ponto positivo, em que a expansão já chega a 47,1 milhões de hectares.

Cerca de 90% da safra já foram colhidos. A soja está com 99% das 59,9 milhões de t concluídos. O milho já chega a 65% das 58,4 milhões de t. O arroz, que perdeu em área, mas ganhou em produção, está

Esta edição da pesquisa também traz os primeiros resultados das lavouras de trigo para 2009. A estimativa é de uma colheita de 5,2 milhões de t, superando em 35% a safra anterior. A área plantada, de 1,82 milhões para 2,26 milhões de hectares, é quem mais impulsiona esse crescimento.

Para realizar o estudo, técnicos da estatal consultaram, no período de 12 a 16 de abril, 1.053 representantes de cooperativas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, em 350 municípios das principais regiões produtoras.

Estoques privados – Como realizado a cada ano, a Conab também informou hoje que o estoque de café que estava com a iniciativa privada em 31 de março deste ano

era de 10,4 milhões de sacas de 60 quilos, sendo 9,6 milhões do tipo arábica e 0,8 milhões do conilon. A maior parte, 7,1 milhões, encontrava-se em 596 armazéns de Minas Gerais. Os dados são menores que o registrado no mesmo período do ano passado, quando os empresários mantinham 17,6 milhões de sacas. A produção nacional de café, que será fechada em dezembro, já é de 45,5 milhões de sacas, superando em 26,4 % as 36 milhões de sacas do ciclo anterior.

A estatal também calculou, pela primeira vez, os estoques privados de arroz referentes ao período 2006/07. O trabalho mostra que em 28 de fevereiro último, do total de 11,3 milhões de toneladas colhidas em todo o país, 612,3 mil t do produto estavam nas mãos de terceiros, sendo 454,6 milhões de t em 2.904 armazéns do Rio Grande do Sul.

Essa pesquisa é um dos itens apurados pela Conab para atualizar o quadro de suprimentos desses produtos, em que são dimensionadas a procura e oferta em todo o país. Confira no site www.conab.gov.br os estudos de grãos, estoques privados de arroz e café. ■

IBGE estima em 32 milhões de toneladas a safra de grãos no PR

A soja, que sofreu os efeitos de falta de chuvas no início do plantio e período de frio durante seu desenvolvimento vegetativo, superou essas dificuldades e o resultado está maior do que o previsto

Dados divulgados no dia 9 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que o Estado alcance uma produção de 32,19 milhões de toneladas, que corresponde a uma participação de 22,3% na produção nacional, estimada em 144,3 milhões de toneladas.

A Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), que divulgou estimativa simultânea para a produção agrícola em todo o País, também prevê aumento na produção agrícola do Paraná.

No Paraná, o levantamento da Conab divulgado no mês passado previa uma colheita de 9,47 milhões de toneladas para o milho da primeira safra. Com a reavaliação divulgada este mês, a produção evoluiu para 9,64 milhões de toneladas, um aumento de 170 mil toneladas do grão. Segundo o órgão, o Paraná é o maior produtor nacional de milho, representando uma participação de 24,16% na primeira safra. A colheita está praticamente concluída, devendo ser encerrada nesta primeira quinzena de junho, apresentando um rendimento médio de 7.020 quilos por hectare, volume recorde no Estado.



Para o milho safrinha, a estimativa anterior previa colheita de 6,47 milhões de toneladas e este mês foi reavaliada para uma produção de 6,49 milhões de toneladas, um acréscimo de 20 mil toneladas. De acordo com avaliação da Conab, as irregularidades das chuvas em algumas regiões e a queda de temperatura não comprometeram a produtividade.

A colheita de milho safrinha já começou em algumas regiões do Estado e o clima está colaborando com a produção. Mas a Conab adverte que a maior parte da cultura ainda se encontra em fase suscetível ao frio.

A soja, que sofreu os efeitos de falta de chuvas no início do plan-

tio e período de frio durante seu desenvolvimento vegetativo, superou essas dificuldades e o resultado está maior do que o previsto. A estimativa da Conab para maio previa uma produção de 11,83 milhões de toneladas, reavaliada no mês seguinte para 11,91 milhões de toneladas, um acréscimo de 80 mil toneladas na produção do Estado.

A produtividade da lavoura de soja no Paraná atingiu 3.008 quilos por hectare, 7,3% acima da média nacional que foi de 2.804 quilos por hectare. Segundo a Conab, a produtividade recorde de soja foi obtida no estado do Mato Grosso, onde foi colhida a média de 3.136 quilos por hectare.

A Conab prevê queda no resultado final das três safras de feijão plantadas no Estado. Em maio a estimativa apontava para uma produção de 780.300 toneladas de feijão, que caiu para 772 mil toneladas na reavaliação de junho. Na primeira safra de feijão do ano agrícola 07/08 o Paraná teve uma queda de 26%, em função da queda na área plantada. Na segunda safra, houve uma recuperação de área e a safra de feijão no Estado foi 53,6% maio com uma produção de 350.700 toneladas. Essa safra está em fase de colheita. Com informações do Deral. ■



Produção mundial de soja deve chegar a 240 milhões de toneladas

Em relação ao Brasil, o relatório prevê uma produção de 64 milhões de toneladas e exportações de 28,6 milhões de toneladas

Relatório divulgado na terça-feira (10) pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) com a oferta e demanda mundial de soja para a safra 2008/09 aponta uma produção de soja de 240,7 milhões de toneladas. Ou seja, 10% superior à produção da safra 2007/08, que foi de 218,8 milhões de toneladas. Já o consumo mundial está estimado em 239,4 milhões de toneladas e o estoque final é de 50,4 milhões de toneladas. Com isso, a relação estoque final/consumo é de 21%.

Para os Estados Unidos, o USDA prevê uma produção de 84,5 milhões de toneladas e consumo de 54,7 milhões de toneladas. Já as exportações sinalizam 28,6 milhões de toneladas e estoques finais de 4,8 milhões de toneladas. A relação estoque final/consumo é de 8,7%. Os Estados Unidos são o principal produtor mundial e respondem por 35% da produção total.



Em relação ao Brasil, o relatório prevê uma produção de 64 milhões de toneladas e exportações de 28,6 milhões de toneladas. O estoque final está estimado em 19,2 milhões de toneladas. O Brasil responde por 26,5% da produção mundial projetada para a safra 2008/09.

Quanto à produção da Argentina na safra 2008/09, a estimativa

é de 48 milhões de toneladas, consumo de 39,5 milhões de toneladas. As exportações devem ser de 11,1 milhões de toneladas e os estoques finais estimados são de 21,9 milhões de toneladas.

No que se refere aos preços projetados pelo USDA, eles estão no intervalo de US\$ 24,25/saca a US\$ 27,55/saca de 60 kg.

Milho - Safra norte-americana deve cair 10%



Para a safra 2008/09, o USDA aponta uma produção mundial de 775,3 milhões de toneladas. Ou seja, uma produção 14,5 milhões de toneladas menor que a safra 2007/08, que somou 789,9 milhões de toneladas.

O consumo mundial deve ficar em 793,1 milhões de toneladas e as exportações mundiais podem somar 91,9 milhões de toneladas.

Quanto aos estoques finais, as estimativas são de 103,3 milhões de

toneladas contra 121 milhões de toneladas da safra 2007/08. A relação estoque final/consumo mundial é de 13%.

O USDA projetou para os Estados Unidos uma produção de 298,1 milhões de toneladas: cerca de 10% inferior. Isto é, 34 milhões de toneladas a menos, comparada à produção da safra 2007/08, que chegou a 332 milhões de toneladas. Já a produtividade prevista é de 9.336 kg/hectare. O consumo final deve ser de 267 milhões de toneladas. Está previsto um estoque final de 17,1 milhões de toneladas e as exportações devem somar 51 milhões de toneladas. A relação estoque final/consumo é de 6,4%.

Os preços para a temporada 2008/09 devem permanecer entre US\$ 12,51 a US\$ 14,88/saca de 60 kg. ■

Trigo - Colheita mundial deve ser maior que estimada em maio

O relatório traz novos números para a safra 2008/09. A produção mundial está prevista em 662,9 milhões de toneladas contra as 656 milhões do relatório de maio.

O consumo mundial foi reavaliado para cima. Com isso, passou de 642 milhões de toneladas para 645,9 milhões. Já os estoques finais foram reajustados de 123,9 milhões de toneladas para 132,1 milhões de toneladas.

A produção norte-americana de trigo foi reavaliada para 66,2 milhões de toneladas. O consumo norte-americano passou de 34,7 milhões de toneladas para 35,3 milhões. As exportações subiram de 26,5 milhões de toneladas para 27,2 milhões. O estoque final passou de 13,1 milhões de toneladas para 13,3 milhões.

Na Argentina, a produção ficou estimada em 14,5 milhões de tonela-



das e as exportações, em 9,5 milhões.

Quanto ao Brasil, a previsão de produção é de 4,5 milhões de toneladas. Com base no novo relatório, será preciso importar

10,5 milhões de toneladas para atender às necessidades de abastecimento interno.

Gilda Bozza
Economista - DTE / FAEP

Justiça decide pela unicidade sindical

A Justiça do Trabalho decidiu pela unicidade sindical após o Sindicato Rural de Cascavel ter defendido, em juízo, a existência de um único sindicato da classe no município.

Com a decisão da juíza do Trabalho da 1ª Vara de Cascavel, Ariana Camata Langoski, foi anulada a constituição do Sindicato dos Avicultores e Suinocultores Integrados a Empresas Frigoríficas do Estado do Paraná (Siavisunpar). Para a FAEP, a decisão da Justiça reforça a posição defendida pela Federação e fortalece a classe dos produtores rurais.

De acordo com a sentença da juíza, a decisão foi tomada com base na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná. Para Langoski, o juízo foi cauteloso para evitar que a vontade da minoria prevalecesse. "Mostra-se temerário afirmar que a

vontade de uma parcela diminuta seja anseio de toda a categoria", afirmou a juíza.

A decisão reproduziu acórdão do TRT/PR, que o desembargador federal, Arnor Lima Neto, foi o relator. "É dever do Judiciário Trabalhista aferir, com o devido rigor, a autenticidade da representação exercida pelo sindicato da categoria profissional. O desmembramento de sindicato que representa uma categoria deve resultar da legítima manifestação da vontade da maioria de seus integrantes e não de uma minoria descontente", ressaltou.

Para o presidente do Sindicato Rural, Nelson Emílio Mene-gatti, a decisão da Justiça vem de encontro ao interesse da entidade que defende a união e o fortalecimento da categoria. "Queremos somar forças. Aqui, só somamos. Não dividimos. Além dos mais, o Sindicato está de portas abertas para futuros associados", concluiu.

Governo estende até agosto isenção para tarifa de trigo

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) estendeu para 31 de agosto a importação de trigo de países fora do Mercosul dentro da cota isenta do imposto de importação (tarifa externa comum, ou TEC). O prazo inicial era 31 de julho com uma cota de até um milhão de toneladas. Contudo, para conter o aumento do preço do trigo em função da suspensão das exportações do cereal argentino para o Brasil, o governo ampliou a cota para 2 milhões e dilatou o prazo em um mês. Segundo o Ministério da Agricultura, a prorrogação do prazo é necessária porque existe o risco de desabastecimento em julho e agosto, pois a colheita da safra brasileira deve atrasar em 1 mês (de agosto para setembro), devido a problemas climáticos. O governo anunciou também a isenção até o final de 2008 do PIS e da Cofins para a cadeia do trigo (farinha de trigo e pão francês) e do Adicional de Frete da Marinha Mercante para a importação de trigo. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior esclareceu ontem que as licenças de importação de trigo devem ser registradas até 31 de julho e o desembaraço pode ocorrer até 31 de agosto. ■

Produtores rurais se unem contra invasões de terras

Representantes da Polícia Civil, Força Verde e vereadores de Pinhão e Reserva do Iguaçu também participaram do encontro, promovido pelo Sindicato Rural de Pinhão

Encontro no dia 5 na Câmara Municipal de Pinhão reuniu 300 produtores rurais do município, de Foz do Jordão, Candói, Reserva do Iguaçu e Guarapuava onde receberam orientações de profissionais da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) sobre assuntos fundiários e ouviram o depoimento do presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Cláudio Marques de Azevedo, sobre as ações realizadas na região, há quatro anos.

Representantes da Polícia Civil, Força Verde e vereadores de Pinhão e Reserva do Iguaçu também participaram do encontro, promovido pelo Sindicato Rural de Pinhão.

Na reunião, a instrução dada aos produtores foi de a de manter cautela e tranqüilidade, embora exista o clima de animosidade e, sobretudo, que a classe fique unida e atenta. "Não basta a preocupação, é preciso mobilização de todos os produtores rurais para que a lei seja cumprida", disse Azevedo.

No encontro, o representante da comissão de Assuntos Fundiários da FAEP, Tarcísio Barbosa de Souza, apresentou a legislação sobre direito de propriedade. Os participantes também foram orientados a procurar os sindicatos rurais ligados a FAEP para esclarecer dúvidas.

"A Federação está do lado dos produtores e vai buscar junto às autoridades o cumprimento das determinações judiciais, através das reintegrações de posse", disse. Segundo ele, existem 72 imóveis invadidos no Paraná com reintegração de posse não cumprida.



Os produtores foram orientados para, no caso de ameaça de invasão, fazer o interdito proibitório (deve ser requerido ao juiz da comarca), que é uma proteção prévia. No caso de invasão, o produtor deve recorrer ao Poder Judiciário, solicitando a reintegração de posse.

Souza ressaltou que os produtores querem das autoridades competentes ações rápidas contra o "esbulho processório" (invasões de propriedades). "A reforma agrária tem que ser feita dentro dos limites da lei e não por vontades ideológicas de movimentos que se dizem sociais", salientou.

O representante da Comissão de Assuntos Fundiários da FAEP também destacou que novas reuniões e mobilizações serão agendadas, visando a sensibilização das autoridades competentes.

Na verdade, estas mobilizações deveriam atingir não somente os produtores rurais, mas também empresários, profissionais liberais e todos aqueles que tenham interesse em defender a permanência da propriedade privada, até porque a atividade primária é muito importante para a economia regional. "O pro-

ductor rural tem importância fundamental no incremento econômico, geração de riquezas e desenvolvimento da região. Os produtores precisam de paz para produzir e os homens públicos precisam se sensibilizar ao grito de socorro do campo", comentou o presidente do Sindicato Rural de Guarapuava.

Para ele, diante as violações do direito de propriedade no campo, através de invasões de fazendas, é indispensável que os produtores se unam e tenham argumentos para defender seus legítimos direitos.

INVASÕES EM RESERVA DO IGUAÇU - Cinco áreas rurais de Reserva do Iguaçu foram invadidas por integrantes do MST: Fazenda Rodeio (1.090 ha) e Fazenda Reserva (58 ha), de propriedade de Fermino Martins Araújo (Espólio Luiz Carlos Martins Araújo); Fazenda Reserva (290 ha), de propriedade de Dahir Serpa; Fazenda Jussara (350 ha), de propriedade de Auro Hasegawa e Fazenda Santa Maria (133 ha), de propriedade de Sinval Pirajibe de Araújo.

A invasão na Fazenda Rodeio ocorreu em 2006 e a sede foi invadida em outubro do ano passa-

Continua





Na reunião, a instrução dada aos produtores foi de a de manter cautela e tranquilidade, embora exista o clima de animosidade e, sobretudo, que a classe fique unida e atenta

do. O mandado de reintegração de posse foi expedido há dois anos e até hoje a ordem judicial não foi cumprida.

Este ano, os integrantes do MST que estavam na Fazenda Rodeio expandiram a invasão para a área vizinha - 58 ha da Fazenda Reserva. Em seguida, o alvo foi outra parte da mesma fazenda - 290 ha, invadida no dia 12 de maio. A área de pecuária estava arrendada e a invasão trouxe, além de prejuízos, problemas de saúde para os proprietários Dahir Serpa e sua esposa. "Eles praticamente moravam lá na fazenda. São pessoas de idade que precisam desta renda e estão muito assustados com tudo o que está acontecendo. Trata-se de uma fazenda centenária e totalmente produtiva", disse Gildo Gorski, administrador

da propriedade e genro do proprietário.

Segundo ele, a pressão é muito grande e mexe com toda a família. "Pedimos a reintegração de posse, mas o oficial já esteve lá duas vezes e eles não cumpriram o prazo", contou. Gorski considera que o movimento deveria respeitar o direito do cidadão e a posse de terra de cada um. "O pior é que quanto mais tempo eles ficarem, maior será a destruição da propriedade", observou.

Após a Fazenda Reserva, cerca de 200 famílias do MST invadiram a Fazenda Jussara (350 ha) no feriado do dia 22 de maio, também numa área de pecuária e ainda a Fazenda Santa Maria (133 ha), onde o proprietário já havia semeado aveia para pastagem e preparado a terra para o plantio de

trigo. "Não sei o que fazer, perdi toda a safra, meu funcionário ficou desempregado e sem casa. Minha renda é exclusiva da fazenda. Preciso plantar, trabalhar. Vivemos um terrorismo sem fim. Estou com toda a documentação em ordem e não tenho o amparo da lei", desabafou o produtor rural Sinval Pirajibe de Araújo.

Segundo ele, as áreas invadidas ficam próximas à outra invasão, ocorrida em abril deste ano, na Fazenda Trombini, uma área de reflorestamento. Em todos os casos, foram expedidos mandados de reintegração de posse. No entanto, os invasores não recuaram.

Produtores rurais com propriedades vizinhas às fazendas invadidas estão abalados com a situação. "Por onde a gente passa, ouvimos boatos sobre novas invasões e o estresse durante o dia é tão grande que não conseguimos dormir à noite. Não sabemos se continuamos a vida normal, se fazemos o custeio ou não. A dificuldade é muito grande, já que precisamos da área para sobreviver", falou um produtor que tem áreas vizinhas às invadidas.

Para se prevenir contra uma possível invasão, ele fez o interdito proibitório. "Queremos que as autoridades tirem estas pessoas das áreas e tomem medidas mais drásticas porque invasão é crime", disse. ■

II Encontro Mercado Futuro reúne 250 produtores em Guarapuava

Produtores rurais e profissionais do setor agropecuário da região lotaram o salão nobre das Faculdades Campo Real no dia 31, onde ocorreu o II Encontro Mercado Futuro, promovido pelo Sistema Sindical Rural (FAEP, Senar e Sindicato Rural de Guarapuava), em parceria com a ZK Assessoria Contábil.

No evento, os especialistas João Batista Olivi, apresentador do canal Terra Viva; Telmo Heinen, diretor-executivo da Abrasgrãos e Antônio Domiciano, diretor da Smart Futures, falaram sobre mercado fu-

turo e de opções; política e endividamento agrícola.

Os produtores rurais tiveram a oportunidade de discutir os mercados que propiciam a transação de contratos, nos quais compradores e vendedores definem acordos de realização de negócios futuros de produtos específicos a preços pré-estabelecidos. Os palestrantes destacaram que o objetivo destes mercados é a redução de riscos advindos de flutuações de preços que, no caso do setor agrícola, são bastante acen-tuados. O presidente do Sindicato

Rural de Guarapuava, Cláudio Marques de Azevedo, disse que proporcionar informação de qualidade ao produtor rural e capacitá-lo para utilização de operações em mercado futuro, como instrumento de gestão de riscos de preços na propriedade, são preocupações constantes da diretoria da entidade. "Por isso, além deste encontro sobre o assunto, também estamos lançando, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Curso de Mercado Futuro direcionado a produtores rurais da região", observa. ■

Viciados em violência - e impunes

O pretexto é o de menos. O que importa é que, quando quer, onde quer e como quer, a Via Campesina, representada no Brasil principalmente pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), investe contra uma coleção de alvos que inclui propriedades rurais, centros de pesquisas agrônômicas, canteiros de obras, rodovias, ferrovias, hidrelétricas e ainda indústrias e escritórios. Em resumo, contra a ordem econômica e social, substrato da ordem política, como está definida na Constituição de 1988 - que o partido do presidente da República se recusou a assinar. O mote para a sortida predatória, anteontem (10/06), em 13 Estados, foi a alta do preço dos alimentos, provocada pelo suspeito de sempre, o modelo agrícola brasileiro, ultimamente em conluio com o também demonizado cultivo de cana para a produção de etanol.

Os "campesinos" têm horror, na realidade, ao mundo contemporâneo. A sua Internacional - diferentemente daquela outra que podia ser acusada de tudo, menos de pregar a desmodernização das "bases materiais da existência", como diziam os seus teóricos - persegue uma fantasia insana: a destruição do capitalismo para tornar possível a exumação do modo de organização da economia e da sociedade que precedeu a Revolução Industrial. É a utopia do retrocesso, nostálgica de uma idealizada Idade Média. Não é coincidência, a propósito, a proximidade entre esses novos milenaristas e setores da Igreja Católica praticantes da

Teologia da Libertação, que também consideram anátema as transformações tecnológicas e o cosmopolitismo da era da globalização.

Mesmo quando apontam para problemas efetivos, como a disparada dos preços dos alimentos, a Via Campesina e suas extensões nacionais invocam causas falsas e soluções fictícias. E, ainda que se exprimissem por meios civilizados, com eles o debate de quaisquer questões é por definição impossível. Imagine-se, por exemplo, o presidente Lula tentando convencê-los com dados objetivos, como fez na cúpula da FAO em Roma, de que o aumento da área plantada para a obtenção do etanol de cana não tira um hectare de terra destinada ao cultivo de grãos.

Cegos pelo fanatismo e viciados em violência, 200 depredadores invadiram na terça-feira uma estação experimental de cana-de-açúcar mantida pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com o setor sucroalcooleiro, no município de Carpina. Sem nada nem ninguém a impedi-los, destruíram mudas de novas variedades do vegetal e vandalizaram uma área plantada de 100 hectares, alegando que ali poderiam ser assentadas 50 famílias. É de emudecer. O ataque à instalação científica - réplica da destruição de um laboratório da Aracruz, no Rio Grande do Sul, em março de 2006 - fez par com as manifestações em Alagoas, Bahia, Paraná, Tocan-

tins e São Paulo contra... a luz elétrica. De fato, usinas hidrelétricas estão na lista negra dos exércitos do atraso.

No centro da capital paulista, uma turba da Via Campesina e da Assembléia Popular - movimento articulado por setores da Igreja -, com cerca de 400 integrantes, ocupou a sede do Grupo Votorantim para protestar contra a construção da Usina de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira. A empresa divulgou uma nota em que diz que sempre esteve aberta ao diálogo "com todos os setores da sociedade" e considera "inaceitável" a violação das leis vigentes no País. É duplamente patético. Primeiro, porque o termo diálogo não existe no léxico dos violentadores da ordem democrática. Segundo, porque o fato de serem inaceitáveis as suas ações não muda uma vírgula na situação. É clamorosa a liberdade de que eles desfrutam para transgredir. De raro em raro a polícia aparece para contê-los. Foi o que aconteceu anteontem na invasão de uma fábrica da multinacional de alimentos Bunge, no município gaúcho de Passo Fundo.

A rigor, é como se houvesse um acordo tácito entre os agressores e o poder público. Eles podem nutrir delírios medievais, mas parecem ser suficientemente esperdos para não extrapolar nas suas incursões, praticando crimes contra a pessoa que levantariam tamanha grita a ponto de obrigar o Estado a acabar com a sua consagrada impunidade.

Editorial publicado no jornal
O Estado de S. Paulo de 12 de junho de 2008

Ativismo transgênico

Verba pública alimenta os atos de depredação e o atraso ideológico de organizações como o MST e a Via Campesina

TREZE Estados, 6.900 militantes e o objetivo de deter o desenvolvimento da economia nacional. Marcaram-se pelo mais primário vandalismo as ações articuladas nesta terça-feira pela Via Campesina - entidade que reúne os sem-terra do MST, os atingidos por barragens e ativistas de movimentos urbanos de diversa denominação.

Em tempos passados, a principal bandeira dos sem-terra era a eliminação do latifúndio improdutivo. Ainda que fossem profundamente condenáveis os seus métodos, dada sua ilegalidade e truculência, podia-se ao menos argumentar que se insurgiam contra um clássico fator de arcaísmo na sociedade brasileira.

No Nordeste de 1930, como na América Latina de 50 anos atrás, na Europa feudal ou no Japão há mais de um século, coronéis, "terratenedores", barões e "daimyôs" opuseram indiscutíveis obstáculos à dinamização de suas respectivas sociedades. Por mais duvidosos que tenham sido os resultados de muitas experiências de redistribuição de terras ao longo da história mundial, não era difícil identificar na oligarquia rural um foco de tradicionalismo e resistência à modernização da sociedade.

Inverteu-se radicalmente o quadro nos dias de hoje. O tema do latifúndio improdutivo deixa de constar das reivindicações de movimentos "campesinos" -cuja ar-

tificialidade, no Brasil, já se faz sentir pelo próprio nome.

É contra o agronegócio, contra a pesquisa em biotecnologia, contra hidrelétricas e siderúrgicas que se mobilizaram os manifestantes desta terça-feira. Mudanças de cana-de-açúcar utilizadas em pesquisas foram destruídas em Pernambuco; uma usina hidrelétrica foi invadida na Bahia; ferrovias da Vale do Rio Doce foram bloqueadas em Minas Gerais e Tocantins; o porto de Pecém (CE) foi ocupado.

Não se trata de colocar acima de questionamento os possíveis impactos ambientais e humanos do agronegócio, da mineração ou da construção de hidrelétricas. Mas o que está em jogo não é a reparação de prejuízos isolados, e sim uma ação em escala nacional, voltada para recriar um sistema de coletivismo neolítico num país que acumula sucessos internacionais na produção de alimentos e matérias-primas.

Arcaicos os objetivos, primitivos os métodos, obscurantista a mentalidade. Só no financiamento e na organização interna os movimentos "campesinos" se distinguem pela sofisticação.

Contam com o aparelhamento de órgãos estatais sob o governo Lula e com as verbas -que com justiça se poderia chamar de transgênicas- oriundas do repasse governamental a sindicalistas e assentados. Recursos em tese dirigidos ao



desenvolvimento da agricultura familiar são a fonte dos "dízimos" de que se nutrem essas organizações.

É assim que os impostos gerados pelo progresso industrial e agrícola financiam, com a leniência do governo, os fanáticos do vandalismo, da primariedade e da estagnação.

Editorial publicado no jornal
Folha de S. Paulo de 12 de junho de 2008

Comissão debate ganho econômico ao recompor reservas legais

A viabilidade econômica na recomposição da reserva legal foi um das questões discutidas pelos membros da Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP em Curitiba no dia 09 de junho. Durante reunião na sede da Federação (foto), também foi discutido o recolhimento do agrotóxico BHC, proibido pela lei federal 7.802/89.

Os integrantes da Comissão ainda foram informados sobre a certificação de propriedades rurais, com base em dados da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Além do planejamento estratégico para trabalhos futuros da Comissão da FAEP, foi apresentado um estudo que técnicos da Federação desenvolvem referente ao pagamento por serviços ambientais. Ao seguir uma tendência mundial, a iniciati-



va defende a compensação financeira ao produtor que conservar os recursos naturais existentes em sua propriedade rural.

Após a reunião, o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodri-

gues Biscaia, e integrantes da Comissão visitaram o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto. O objetivo da visita foi aproximar as duas entidades. ■

Ubiratã promove curso de reflorestamento



Para comemorar o dia mundial do Meio Ambiente, dia 5, o Sindicato de Ubiratã, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente da prefeitura municipal e com Sindicato dos trabalhadores rurais, realizou entre os dias 03 a 05 de junho o curso Trabalhador em Florestamento, Recomposição e Vegetação Ciliar.

O curso foi ministrado pela

instrutora que presta serviço ao Senar, Luciane Lousano Pimentel, de Goioerê. Segundo ela, o "curso tem como objetivo identificar a importância da Vegetação Ciliar compreendendo os aspectos legais e de preservação ambiental", acrescentando que a participação dos integrantes foram 100% durante os três dias.

Os participantes deste curso

A parte prática foi realizada numa propriedade para a realização do Plantio

em sua maioria foram os alunos do Colégio Estadual Carlos Gomes que cursa o 4º ano em técnico do Meio Ambiente, que também avaliaram o curso como sendo de grande relevância para o momento em que estamos vivendo.

A parte prática foi realizada numa propriedade para a realização do Plantio. Lá foram prestado homenagem ao dia Mundial da Ecologia e Meio Ambiente que foi dia 05, e plantadas 100 (cem) mudas de árvores.

Também durante a semana foi realizado o curso de Aplicação de Agrotóxicos na sede do Sindicato, ministrado pelo engenheiro agrônomo Paulo Roberto Marchesan, de Umuarama.

Para a realização dos cursos do SENAR/PR, FAEP, o Sindicato obteve parcerias com a empresa Camagrill e Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal. ■

Sindicatos Rurais de Cambará e Palmital têm novas diretorias

Cambará - No dia 05 de junho, aconteceu a posse oficial da nova diretoria do Sindicato Rural de Cambará. Paulo Sérgio de Marco Leal assumiu como presidente da entidade. Ele também o delegado representante do Sindicato. O primeiro e o segundo secretários são, respectivamente, Fábio Rodrigues Ferreira e Genésio Bernardelli. Ferreira também assumiu a suplência de delegado representante da entidade. Como primeiro tesoureiro, tomou posse Jayme Seixas. Oswaldo Leal é o segundo tesoureiro. O Conselho Fiscal do Sindicato é formado por Shinichi Kuniyoshi, Eriel Barreiros e Vinício Ferreira de Resende. Como suplentes do Conselho Fiscal, assumiram Mauro Bertholini Franco, José Papa e Heitor Bernardelli de Bitencourt.



No dia 08 de maio, foi realizada a posse simbólica da nova diretoria durante a cerimônia em que

se comemorou os 40 anos de fundação do Sindicato Rural de Cambará (foto acima). Na ocasião, a FAEP foi representada pelo seu diretor financeiro, João Luiz Rodrigues Biscaia.

Palmital - Já no dia 27 de maio, foi a vez da nova diretoria do Sindicato Rural de Palmital tomar posse. Na ocasião, Lauro Simiano assumiu a presidência. Ele também é o suplente de delegado representante da entidade. Como vice-presidente, tomou posse Ary Schon, que também assumiu como delegado representante do Sindicato. Miguel Fernandes de Almeida é o secretário e Elizeu Ricken, o tesoureiro. Como suplentes de diretoria, tomaram posse Eugênio Cucerevai e Joaquim Sales Franco. No Conselho Fiscal do Sindicato, assumiram Tonico Pecheka, Vítor Gomes da Rocha, Antônio Renato Schon. Wilson Muniz de Souza é suplente do Conselho Fiscal. ■

Desenvolvimento sindical em Pato Branco



Nos dias 10 e 11 de junho, o Sindicato Rural de Pato Branco realizou o treinamento de seus diretores e associados no Programa de Desenvolvimento Sindical (PDS). A

iniciativa do Sindicato reuniu 27 participantes. É a primeira vez que um sindicato oferece um treinamento que visa o desenvolvimento sindical de sua diretoria e associados.

Sindicato de Palmeira faz convênio com comércio

O convênio em parceria com empresas e profissionais liberais vai trazer benefícios aos seus associados assim como às empresas conveniadas, para o período de 2008 a 2011. O presidente do Sindicato, Vagner Augusto Barausse, disse que os filiados à entidade estão muito satisfeitos com o sucesso e a repercussão do primeiro ano que foi firmada a parceria, agora com número bem maior de

empresas, "pois Isso demonstra e ratifica a importância que os agropecuaristas tem diante o comércio".

O convênio conta com 42 empresas, que oferecerão descontos especiais aos associados do Sindicato e seus dependentes. Estiveram presentes à solenidade representantes das empresas, mostrando apoio aos agricultores. ■



Sistemática contábil, juros e capitalização

A remuneração do capital emprestado representada pelos juros contratuais no financiamento rural encontra um substrato legal próprio. O Decreto-lei 167/67 rege a matéria relativa aos encargos. Trata-se de legislação especial, considerando-se o fomento da atividade primária. O artigo 5º da norma legal disciplina: "As importâncias fornecidas pelo financiador vencerão juros a taxas que o Conselho Monetário Nacional fixar e serão exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro ou no vencimento das prestações, se assim acordado entre as partes; no vencimento do título e na liquidação, por outra forma que vier a ser determinado por aquele Conselho, podendo o financiador, nas datas previstas, capitalizar tais encargos na conta vinculada à operação." Constata-se a intervenção direta do CMN perante a capitalização. Na realidade, o motivo da restrição de arbítrio contratual se deve à institucionalização do crédito rural definida na Lei 4595/64.

A legislação, ao que se observa, permite a capitalização dos juros nas datas preconizadas, ou seja, 30 de junho e 31 de dezem-

bro. Afora isso, no vencimento do título e na liquidação. Transfere ao CMN a possibilidade de resolver relativamente outra forma de capitalização. Assim, a questão da capitalização dos juros se acha disciplinada de forma taxativa, restando liberdade para fixação diversa unicamente ao CMN, ante a institucionalização comentada.

Por seu turno, a doutrina jurídica há largo tempo, firmou-se no entendimento de que a capitalização mensal de juros nas cédulas rurais somente se opera mediante o pacto expresso entre as partes. Assim, mutuante e financiado, devem escrever no contrato a sua vontade específica. No mais, somente o CMN poderia dispor de forma diversa, concedendo autorização específica. Trata-se da intervenção direta do poder público no crédito de fomento, razão pela qual o artigo 5º do DL 167, permite a hipótese. Todavia ausente a prova de que o CMN autorizou capitalizações em datas mensais ou as partes pactuem nesse sentido, a capitalização se dará semestralmen-

te ou conforme o texto atrás reproduzido do artigo 5º. A demonstração probatória, ainda segundo a jurisprudência, caberá sempre ao credor que realizou a operação financeira. No pertinente ao pacto da capitalização de juros o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 93. Este dependerá, por certo, das partes o expressarem no contrato. Alguns julgados do STJ, a quem cabe a incumbência constitucional de uniformizar o direito, entendem que não basta menção a métodos de cálculos, como o hamburguês, especialmente, para que prevaleça como definida a vontade das partes no concernente à capitalização mensal. As cláusulas devem ser claras e perceptíveis aos contratantes para que ganhem eficácia no mundo jurídico. A forma indireta ou oblíqua, simples menção a um sistema de cálculo contábil de contagem de juros, não poderia ensejar compreensão ao pactuante não especializado. O tema mostra-se de importância porquanto o valor do saldo da dívida dependerá da periodicidade da capitalização.

Djalma Sigwalt é advogado, professor e consultor da Federação da Agricultura do Paraná - FAEP - djalma.sigwalt@uol.com.br



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar • Cep 80010-010
Fone: 41 2169-7988 / Fax: 41 3323-2124
Curitiba/Paraná
faep@faep.com.br / www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Sebastião Olimpio Santarozza, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin,
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia,
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Francisco C. do Nascimento,
Luiz de Oliveira Netto, Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar • Cep 80010-010
Fone: 41 2106-0401 / Fax: 41 3323-1779
Curitiba/Paraná
senarpr@senarpr.org.br
www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP / Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC / Darci Piana - FECOMÉRCIO / Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal
Membros Efetivos
Francisco Carlos do Nascimento - FAEP / Jairo Correa de Almeida - FETAEP / Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC
Superintendência
Ronei Volpi

Jornalista responsável: Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator); André Franco (redator)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

**PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 658.292 - PR (2005/0022899-8)

AGRAVADO: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS

AGRAVANTE: A. P.

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

DECISÃO:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. CNA. LEGITIMIDADE ATIVA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL.

1. A contribuição sindical rural, espécie de contribuição social hodiernamente encartada no artigo 149, da Constituição Federal de 1988, que não se confunde com a contribuição confederativa fixada em assembléia geral da categoria profissional (artigo 8º, IV, da Constituição Federal), restou instituída pelos artigos 578 e seguintes da CLT.

2. O Decreto-Lei 1.166/71, que dispõe sobre o enquadramento e a contribuição sindical, atribuía ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a capacidade tributária de proceder ao lançamento e cobrar a contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômicas da agricultura (artigo 4º).

3. A Lei 8.022/90 alterou o sistema de administração das receitas federais, transferindo à Secretaria da Receita Federal as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e cadastramento das receitas arrecadadas pelo INCRA.

4. Com a edição da Lei 8.847/94 foi afastada das atribuições da Secretaria da Receita Federal a cobrança da exação em tela, retornando-se ao statu quo ante, consoante se depreende da leitura do artigo 24, I, da norma em comento, verbis: "Art. 24. A competência de administração das seguintes receitas, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal por força do art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990, cessará em 31 de dezembro de 1996:

I - Contribuição Sindical Rural, devida à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);(...)"

5. Infere-se, assim, que com a edição da Lei 8.847/94, a competência para a arrecadação da Contribuição em comento foi devolvida aos Sistemas Sindicais Rurais, uma vez que esta competência havia anteriormente sido delegada ao INCRA, por meio do artigo 4º, do Decreto-Lei 1.166/71.

6. Precedentes das Turmas de Direito Público que corroboram a legitimidade ativa da Confederação Nacional da Agricultura para cobrança da Contribuição Sindical Rural: **REsp 825436/SP**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 15.08.2006; **REsp 820826/MS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 24.04.2006; **REsp 734034/SP**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 01.07.2005; **REsp 712965/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 06.06.2005; **REsp 649997/MG**, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 08.11.2004.

7. Agravo de instrumento desprovido.

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por **A. P.**, com fulcro no art. 544 e ss., do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a decisão que inadmitiu seu recurso especial, sob o fundamento de que a decisão recorrida encontra-se em consonância com a jurisprudência dessa C. Corte. Noticiam os autos que, em se de apelação contra sentença que julgou procedente a ação de cobrança de contribuição sindical rural referente aos exercícios de 1997 a 2000, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná prolatou v. acórdão em desfavor da ora agravante, onde restou assim ementado: (fls. 171) *CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. INCENSURÁVEL JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO RURAL DEVIDAMENTE COMPROVADA. ENQUADRAMENTO QUE AUTORIZA A COBRANÇA INDEPENDENTEMENTE DO EVENTUAL DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR OU DE RECOLHIMENTO DIRECIONADO A OUTRA ENTIDADE.*

I- Enfocando o caderno processual questões meramente de direito que se sobrepõem às vãs tentativas de digressões em campo fático, cabe o julgador no âmbito de seu poder-dever, abreviar a entrega da prestação jurisdicional sob pena de concorrer para uma indevida procrastinação do feito (art. 125, inciso II, do CPC).

II- Para efeito de cobrança de que se cuida, o art. 1º da Lei 9.701/98 de 17/11/98 considera irrelevante o eventual desenvolvimento de atividades em regime de economia familiar, ainda mais que, o enquadramento em mesa, operou-se pela qualidade de proprietário rural, tornando assim, desinfluyente eventual recolhimento direcionado à outra entidade.

III- Recurso de Apelação, conhecido e improvido.

Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados (cf. fls. 141). Irresignada, a agravante interpõe recurso especial com fulcro no artigo 105, III, alínea "c" e do permissivo Constitucional, onde alega ofensa ao art. 578 da CLT e art. 1º do Dec.-lei nº 1.166/71. Sustenta, em síntese, que tal dispositivo fere princípios constitucionais quando enquadra os pequenos produtores rurais, como fictícios empregadores rurais, impondo-lhes contribuições sindicais; e, que o referido imposto não deferia seria ser recolhido à Confederação Nacional de Agricultura - CNA.

Foram oferecidas contra-razões ao apelo extremo (fls. 197), com contraminuta ao presente agravo de instrumento (fls. 247).

É o breve relatório. **Decido.**

Preliminarmente, transpassado os pressupostos de admissibilidade e resolvido o conflito de competência, diante da decisão emanada pelo Eg. Supremo Tribunal Federal, às fls. 370, impõe-se o conhecimento do presente recurso, passando assim à

decisão de mérito do mesmo.

Na alegação de suposta ilegitimidade da Confederação Nacional da Agricultura para a cobrança da contribuição sindical rural, não merece prosperar a pretensão recursal.

Com efeito, a contribuição sindical rural, espécie de contribuição social hodiernamente encartada no artigo 149, da Constituição Federal de 1988, que não se confunde com a contribuição confederativa fixada em assembléia geral da categoria profissional (artigo 8º, IV, da Constituição Federal), restou instituída pelos artigos 578 e seguintes da CLT, *verbis*:

"Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do "imposto sindical", pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.

Art. 579. O imposto sindical é devido, por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou inexistindo este na conformidade do disposto no art. 581.

Art. 579 - A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)"

O Decreto-Lei 1.166/71, que dispõe sobre o enquadramento e a contribuição sindical, atribuía ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a capacidade tributária de proceder ao lançamento e cobrar a contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômicas da agricultura (artigo 4º).

A Lei 8.022/90 alterou o sistema de administração das receitas federais, transferindo à Secretaria da Receita Federal as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e cadastramento das receitas arrecadadas pelo INCRA. Com a edição da Lei 8.847/94 foi afastada das atribuições da Secretaria da Receita Federal a cobrança da exação em tela, retornando-se ao statu quo ante, consoante se depreende da leitura do artigo 24, I, da norma em comento, *verbis*:

"Art. 24. A competência de administração das seguintes receitas, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal por força do art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990, cessará em 31 de dezembro de 1996:

I - Contribuição Sindical Rural, devida à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (...)"

Infere-se, assim, que com a edição da Lei 8.847/94, a competência para a arrecadação da Contribuição em comento foi devolvida aos Sistemas Sindicais Rurais, uma vez que esta competência havia anteriormente sido delegada ao INCRA, por meio do artigo 4º, do Decreto-Lei 1.166/71.

Na esteira da legitimidade ativa da Confederação Nacional da

Agricultura para cobrança da Contribuição Sindical Rural, confirmaram-se as ementas dos seguintes julgados da Turmas de Direito Público: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EC N.º 45/04. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS AINDA NÃO SENTENCIADOS. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. COBRANÇA. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. LEGITIMIDADE.

(...)

2. *A Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade para cobrar em juízo a contribuição sindical rural prevista no art. 578 da CLT daqueles que fazem parte da respectiva categoria profissional ou econômica. Precedentes.*

3. *Recurso especial improvido." (REsp 825436/SP, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 15.08.2006).*

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. LEGITIMIDADE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA PARA A COBRANÇA.

1. *"A Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade para a cobrança da contribuição sindical rural" (Resp 660.463/SP, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ de 01.05.2005).*

2. *Recurso especial a que se dá provimento." (REsp 820826/MS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 24.04.2006).*

"DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. BITRIBUTAÇÃO. QUESTÃO DECIDIDA SOB ÓPTICA EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA.

1. *Análise acerca do tema concernente à bitributação foi realizada sob ótica constitucional. É remansosa a jurisprudência desta Corte no tocante à inadequação do recurso especial quando o aresto atacado decide a matéria sob enfoque eminentemente constitucional, tendo em vista a competência atribuída pela Constituição Federal à Suprema Corte.*

2. *A Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade para a cobrança da contribuição sindical rural. Precedentes da Primeira Turma.*

3. *Recurso especial conhecido em parte e provido também em parte." (REsp 734034/SP, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 01.07.2005) "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO RELATIVA À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL PREVISTA NO ART. 578 DA CLT. COMPETÊNCIA JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. SÚMULA 222/STJ. INCIDÊNCIA.*

1. *Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA e Outros objetivando o recebimento de contribuição sindical rural fundada no art. 578 e seguintes da CLT em c/c o DL nº 1.166/71, requerendo às fls. 15: "que seja a ação julgada procedente, com a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1487,58 (Um mil, quatrocentos oitenta e sete reais e cinquenta oito centavos) indicada(s) no Valor Total do item 6 do(s) Demonstrativo(s) da Constituição do Crédito por Imóvel-Exercícios 1997, 1998 e 2000 (atualizado até 05/03/02), ora incluso e integrantes desta petição inicial, seja condenado ao pagamento de juros multa e correção monetária (art. 600, CLT) até a data da efetiva quita-*

ção...". Sobreveio a r. sentença, julgado parcialmente procedente o pleito, reconhecendo cabível a exação, todavia, sem a multa progressiva do art. 600 da CLT. Inconformados, os autores e os particulares recorreram. Em sede de apelação, o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná decidiu, por maioria de votos, em declarar de ofício, a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar a ação de cobrança determinando a remessa dos autos à Justiça Federal ao argumento de que: 1) há evidente interesse da União Federal em receber parcela da contribuição referida nos termos do art. 590 da CLT e verificar a regularidade e os critérios para a sua cobrança; 2) nos termos do art. 142 do CTN e § 2º do art. 10 do ADCT, o INCRA é a única pessoa legitimada a lançar o referido tributo. Nesta via recursal, alega divergência jurisprudencial com julgados proferidos por esta Corte que têm entendimento no sentido de que é da competência da Justiça Estadual processar e julgar ações relativas à cobrança da contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT. Posição consolidada na Súmula nº 222/STJ.

2. A Contribuição Sindical Rural é espécie de Contribuição prevista no art. 149 da Constituição Federal de 1988, instituída pelos arts. 578 e seguintes da CLT em c/c o DL nº 1.166/71. A competência tributária para sua instituição é da União Federal.

3. Em face de convênio celebrado entre a Receita Federal e a Confederação Nacional da Agricultura, esta última entidade jurídica passou a exercer a função arrecadadora da contribuição sindical rural.

4. A competência da Justiça Federal, consoante a norma inserta no art. 109, I, da CF, reveste-se de caráter absoluto (*ratione personae*), não podendo ser incluída, dentre as pessoas jurídicas ali elencadas, a Confederação Nacional da Agricultura.

5. Aplica-se, à espécie, a Súmula nº 222/STJ que assim expressa: "Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT".

6. Recurso especial PROVIDO para determinar o retorno dos autos à Corte Estadual para apreciar os apelos interpostos." (REsp 712965/PR, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 06.06.2005) "PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE DA SENTENÇA. APRECIÇÃO DO PEDIDO CONTRAPOSTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. DIREITO SINDICAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. LEGITIMIDADE ATIVA. FILIAÇÃO A SINDICATO. DESNECESSIDADE.

I - A matéria relativa à falta de apreciação do pedido contraposto, o que ensejaria a nulidade do julgado, por ausência de fundamentação, não foi apreciada pelo Tribunal a quo e não foram opostos embargos declaratórios para suprir a omissão e ventilar a questão federal, incidindo as Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

II - A Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade para a cobrança da contribuição sindical rural. Precedente: REsp nº 315.919/MS, Rel. p/ Acórdão Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 05/11/2001.

III - Na esteira da jurisprudência do Pretório Excelso, a contribuição sindical rural é exigível de todos os integrantes da categoria, independentemente de sua filiação ao sindicato. Precedentes: RE nº 224.885/RS, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ de 06/

08/2004 e RE nº 180.745/SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 08/05/98.

IV - Recurso especial improvido." (REsp 649997/MG, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 08.11.2004) Impende transcrever, por elucidativas, as razões expendidas pelo e. Ministro José Delgado no voto-condutor do REsp 712965/PR:

"A Contribuição Sindical Rural, que ora é cobrada pela Confederação Nacional da Agricultura, é espécie de Contribuição prevista no art. 149 da Constituição Federal de 1988, instituída pelos arts. 578 e seguintes da CLT em c/c o DL nº 1.166/71. A competência tributária para sua instituição é da União Federal, conforme determina o art. 146 da CF/88. Cumpre observar que não se confunde a contribuição sindical com a contribuição sindical ou confederativa instituída por assembléia geral, conforme permite o art. 8º, IV da CF, de natureza compulsória, apenas, para os filiados do sindicato.

Anteriormente, a capacidade Tributária ativa para arrecadar o tributo, por força do art. 4º do Decreto-Lei 1.166/71, era atribuída ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que a sua cobrança efetivada em conjunto com o ITR - Imposto Territorial Rural.

Com a edição da Lei nº 8.022/90, a arrecadação da referida exação ficou a cargo da Secretaria da Receita Federal. Em face da vigência da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, em seu artigo 24, inciso I, foi retirada a administração do tributo referido do Órgão Arrecadador Federal, quando assim dispôs:

"Art. 24. A competência de administração das seguintes receitas, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal por força do artigo 1º da Lei 8.022, de 12 de abril de 1990, cessará em 31 de dezembro de 1996;

I - Contribuição Sindical Rural, devida à Confederação Nacional da Agricultura - CNA e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, de acordo com o artigo 4º, do Decreto-lei 1.166, de 15 de abril de 1971, e o artigo 580 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT".

Em face de convênio celebrado entre a Receita Federal e a Confederação Nacional da Agricultura, em 18.05.98, extrato publicado no (D.O.U. de 21.05.98), alterado por aditivo datado de 31.03.99 (D.O.U de 05.04.99), em combinação com o art. 600 da CLT, a última entidade jurídica passou a exercer a função arrecadadora da contribuição sindical rural. Notadamente, restou inalterada a competência tributária para sua instituição que é da União Federal, nos termos dos artigos 146 e 149 da Constituição Federal.

Portanto, em face do panorama jurídico destacado, está legitimada a Confederação Nacional da Agricultura para efetuar a cobrança da Contribuição Sindical Rural. "

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 14 de maio de 2008.

LUIZ FUX
Ministro Relator

Desenvolvimento Sindical

Programa busca profissionalização no Sindicato Rural de Bandeirantes

O Sindicato Rural de Bandeirantes participa do Programa de Desenvolvimento Sindical que tem como finalidade a busca pela profissionalização dos sindicatos rurais do Estado do Paraná. O Programa é um projeto que nasceu de uma iniciativa da FAEP, SENAR/PR e SEBRAE-PR. Dia 26 de maio, o consultor empresarial David Panes Barbosa participou em Bandeirantes da segunda etapa dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos junto à diretoria do Sindicato.

De acordo com o consultor, a primeira etapa foi de di-

agnosticar as impressões e realizaram levantamento de pontos fortes e fracos no que se refere a aspectos de planejamento empresarial e institucional. "Neste segundo momento estamos trabalhando o Planejamento Estratégico, ou seja, a missão do Sindicato, qual a sua razão de ser, o seu papel, identificando a visão de futuro no aspecto de onde quer chegar e, sobretudo, as ações que vão levar o sindicato a atingir esta visão de futuro. Objetivo maior é levar em consideração o que é mais interessante para o produtor rural de

Bandeirantes e Santa Amélia", comentou.

Numa análise geral, o consultor afirmou sobre a grande potencialidade para o crescimento do Sindicato Rural de Bandeirantes devido ao compromisso que possuem junto aos produtores. "Por isso é preciso a formatação deste planejamento estratégico, ter o compromisso de avaliar as ações, as dificuldades, as prioridades, trabalhando tanto na parte técnica quanto o planejamento e desenvolvimento dos diretores, tendo o engajamento deles com o sindicato", ressaltou. ■

Guarapuava

SENAR Paraná realiza Curso de Eqüideocultura

Treze profissionais de vários municípios do Paraná participaram, de 9 a 21, do Curso de Eqüideocultura – Doma, Casqueamento, Ferrageamento e Rédeas – desenvolvido pelo SENAR-PR. As aulas teóricas aconteceram no auditório do Sindicato Rural de Guarapuava e as práticas na pista do Parque de Exposições Lacerda Werneck.

Segundo o supervisor regional do Senar, Aparecido Ademir Grosse, o curso forma instrutores para atuação em todo o Estado, na área de eqüideocultura. Trata-se de um curso de formação e reciclagem de instrutores, já que

o último desta modalidade ocorreu há 12 anos. "Serão rediscutidas técnicas que vinham sendo empregadas, buscando uma padronização, baseada nos princípios da doma racional, onde se busca conquistar a confiança do cavalo, criando um vínculo entre condutor e animal", explica Grosse.

Guarapuava foi escolhida para sediar o curso devido à estrutura do Sindicato Rural e também ao tradicionalismo da região, que conta com um plantel de eqüinos de várias raças.

A formação de instrutores deve-se à demanda pela modali-

dade de curso que, em todo o Estado, é maior do que a oferta. "É um curso muito procurado por trabalhadores rurais, porque visa a mansidão do animal, reduzindo riscos de acidentes, e garante um melhor desempenho dos eqüinos nas tarefas do dia-a-dia, principalmente na lida com o gado", observa o supervisor.

Participam veterinários e outros profissionais do setor de oito municípios do Estado. A promoção é uma parceria entre Senar, Sindicato Rural e Sociedade Rural de Guarapuava, além de produtores rurais da região, que cederam animais para o curso. ■

Abatiá

realiza curso de panificação

Nos dias 02 e 03 de junho, foi realizado o curso de panificação no Sindicato Rural de Abatiá. O evento foi ministrado pela instrutora, Luzinete Pina Zanin, que presta serviços ao SENAR-PR. Participaram do curso esposas e filhas de produtores rurais do município. ■

Pérola

Administração de Propriedades em Regime de Economia Familiar

Nos dias 29 e 30 de maio o SENAR-PR e o Sindicato Rural de Pérola realizaram o curso de Administração Rural. Os 17 participantes são jovens filhos de produtores do município. A mobilizadora do Sindicato Rural, Simone Munhos do Couto, informou que cada vez mais

os jovens rurais têm interesse em participar dos cursos realizados pelo Sindicato em parceria com o SENAR. "Temos mais dois cursos marcados para o mês de agosto, destinados somente para jovens agricultores", disse. ■

Sudoeste discute revitalização dos Conselhos de Sanidade Agropecuária

Antonio Leonel Poloni, a reunião serviu como ensaio do que, posteriormente, será trabalhado em outras regiões do estado

Representantes das entidades ligadas ao setor agropecuário de Pato Branco e outros municípios da região reuniram-se no dia 5 de junho em um encontro organizado pelo Sindicato Rural para tratar da reestruturação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs). Participaram também secretários municipais da agricultura, técnicos do setor de defesa do estado e produtores rurais.

De acordo com informações do Sindicato, a unidade do município já iniciou esse trabalho. Na semana anterior à reunião, foi definida nova diretoria para a unidade do CSA local, que passa a ser presidida por Ivo Polo. A partir de agora, a nova diretoria passa a trabalhar com o apoio do Sindicato Rural na sensibilização dos produtores para as ações da unidade. "Nós do Sindicato temos a função de levar informações ao produtor e fomentar essa revitalização", explicou Luciana Aparecida Antonioli, funcionária do Sindicato Rural de Pato Branco.



Para o assessor da diretoria da FAEP, Antonio Leonel Poloni, a reunião serviu como ensaio do que, posteriormente, será trabalhado em outras regiões do estado. "O objetivo é unir entidades ligadas ao agrogócio para que assumam, em conjunto, a responsabilidade da reestruturação, não só dos CSAs, mas também da estrutura sanitária da região, em parceria com as administrações municipais e governo do estado", disse.

Poloni explicou também que

com a estruturação do setor de defesa na região, pretende-se avaliar a necessidade das unidades sanitárias locais, verificar a estrutura já existente e encontrar caminhos para solucionar as deficiências que elas possam apresentar. "FAEP e SENAR-PR decidiram estimular todos os sindicatos rurais para que atuem nessa tarefa, oferecendo suporte técnico e ferramentas para cursos de qualificação para produtores, técnicos e lideranças locais", acrescentou. ■

Regional sudoeste realiza curso para mobilizadores



A Regional Sudoeste do SENAR-PR realizou, no dia 9 de junho, curso de capacitação para mobilizadores dos sindicatos rurais da região. Nove pessoas foram capacitadas para auxiliar os sindicatos na função de mobilizar público para os cursos do SENAR-PR. O treinamento abordou a forma de estabelecer parcerias e como elaborar um planejamento anual para realização dos cursos que seja compatível com o planejamento estratégico do sindicato. Os mobilizadores receberam informações adicionais sobre os conteúdos dos cursos do SENAR-PR e sua aplicação nos municípios em que atuam. A cadeia produtiva do leite foi a que mais despertou interesse dos participantes e que, segundo eles, demanda mais capacitação pelos produtores da região. ■

Programa Campo Futuro realiza primeiro curso no Paraná

Curso reuniu 23 produtores em Cascavel

A parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), com apoio do SENAR e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), instituiu o Programa Campo Futuro.

O objetivo é oferecer aos produtores rurais um projeto de gestão de custos e riscos, preparando-os para uma atuação mais profissional na comercialização de seus produtos. A primeira etapa do Programa envolve dez federações que indicaram técnicos para receber treinamento com intuito de uniformizar a metodologia de custos de produção e a operar com Mercados Futuros.

Entre os dias 9 e 13 de junho, um grupo de 23 produtores de gado de corte e de grãos da região oeste do estado participaram, em Casca-

vel, do primeiro curso relacionado ao Programa no Paraná. O instrutor foi Anselmo Selhorst, que presta serviços ao SENAR-PR. Além dele, outras três pessoas indicadas pelo Sistema FAEP foram treinadas pelo Programa. Um técnico da Federação e um do SENAR-PR, com função de apoio, e mais um instrutor prestador de serviços ao SENAR-PR, que ficam

responsáveis pela realização dos dois cursos para produtores programados. O próximo evento está programado para Guarapuava, entre os dias 16 e 20 de junho, com a participação de produtores da região.

Mercado Futuro – A FAEP e o SENAR-PR se anteciparam ao Programa Campo Futuro e, em meados de 2007, iniciou a capacitação de seus técnicos e instrutores para levar informações sobre o Mercado Futuro aos produtores rurais. De janeiro a maio deste ano, foram realizados 17 cursos e para o mês de junho estão programados mais 10 eventos. Os interessados em se inscrever devem entrar em contato com o Sindicato Rural de seu município. ■

Doma Racional em Faxinal



Nos dias 05 a 15 de maio o Sindicato Rural de Faxinal, em parceria com a Fazenda Cachoeira e SENAR, realizou um curso de Doma Racional de Equídeos, e,

segundo o presidente do Sindicato, Alcindo Benedito Aranha, nos dias 02 a 06 de junho a mesma turma concluiu o curso de Equideocultura Rédeas. ■

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> | |

Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___ Responsável